

COMITÊ DO ALTO IGUAÇU E AFLUENTES DO ALTO RIBEIRA: UMA PROPOSTA DO “SUBCOMITÊ DA BACIA DO RIO BELÉM”

ALTO IGUAÇU COMMITTEE AND AFFLUENTS OF ALTO RIBEIRA: A PROPOSAL OF "SUBCOMMITTEE OF BELEM RIVER BASIN"

COMITÉ DEL ALTO IGUAZÚ Y AFLUENTES DEL ALTO RIBEIRA: UNA PROPUESTA DE "SUBCOMISIÓN DE LA CUENCA DEL RÍO BELÉN"

Alexandre Hojda

Economista, Professor e Pesquisador do Centro Universitário Uninter e Doutorando em Gestão Urbana PUC-PR: profalexhojda@gmail.com

Bruno Vodonis

Engenheiro Ambiental pela PUC-PR: brunovodonis@gmail.com

Manoel Dutra

Analista de Sistemas e Mestrando em Gestão Urbana PUC-PR: dutrajr.manoel@gmail.com

Schirlei Mari Freder

Administradora e Mestranda em Gestão Urbana PUC-PR: crearegs@gmail.com

Tamiris Vaz Cunha

Arquiteta e Mestranda em Gestão Urbana PUC-PR: tami_cunhavaz@hotmail.com

RESUMO

O foco deste trabalho é discutir a revitalização da Bacia do Rio Belém, rio urbano de Curitiba (Paraná, Brasil), cujo nível de poluição encontra-se elevado. O método utilizado neste estudo foi o estudo de caso. Com um histórico de poucas decisões e uma dinâmica atual enfraquecida, o texto apresenta a proposta da criação de um subcomitê dentro do Comitê do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira, de forma a fortalecer a relação de atores na gestão de recursos hídricos no âmbito local.

Palavras-Chave: COALIAR. Gestão de recursos hídricos. Curitiba. Subcomitê. Atores.

ABSTRACT

The focus of this paper is discussing about the Belem River Basin revitalization, an urban river at Curitiba (Paraná, Brazil), where the pollution level is elevated. The method employed in this paper is the case study. With a history of few decisions and a weakened current dynamics the text presents a proposal to create a subcommittee in the Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira Committee, in order to strengthen relation of actors in the water management at the local level.

Keywords: COALIAR. Water management. Curitiba. Subcommittee. Actors.

RESUMEN

El tema principal de este trabajo es discutir la revitalización de la cuenca del río Belén, río urbano de la ciudad de Curitiba (Paraná, Brasil), que se encuentra con alto nivel de contaminación. El método utilizado en este estudio fue el estudio de caso. Con un historial de pocas decisiones y una dinámica que se encuentra débil, el texto presenta la propuesta de la creación de una subcomisión dentro del Comité del Alto Iguaçu y afluentes del alto de la “Ribeira”, de manera que fortalezca la relación de los actores de administración de recursos hídricos en el ámbito local.

Palabras-Clave: COALIAR. Gestión de recursos hídricos. Curitiba. Subcomité. Actores.

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a temática ambiental vem recebendo crescente atenção (sócio-ambiental, técnico-científica e política-institucional). Os recursos hídricos aparecem com grande destaque como um dos grandes problemas para o futuro da humanidade, pois a água é um bem essencial à vida, mas com sérios problemas na sua distribuição, tanto no tempo quanto no espaço. Vale ainda destacar que a quantidade de água doce disponível no planeta é praticamente a mesma há milhares de anos, mas o seu consumo aumentou severamente.

Segundo Godoy, o termo água refere-se ao elemento natural, desvinculado de qualquer uso, enquanto que o termo recursos hídricos refere-se ao bem econômico passível de utilização (GODOY, 2000). Essa diferenciação conceitual na utilização dos termos “água” e “recursos hídricos” é fundamental para compreender a crescente atenção ao tema, tanto na área socioeconômica, quanto na área técnico-científica e político-institucional (HOJDA, 2005).

O crescimento populacional levou a uma super-exploração dos recursos naturais, principalmente ao redor dos grandes aglomerados urbanos. Segundo Gondolo, na década de 1990, 45% da população mundial já se encontravam nas regiões urbanas e, para 2020, a previsão é de que esse número chegue a 65% (GONDOLLO, 1999). A gestão de recursos hídricos envolve não apenas questões econômicas e tecnológicas diretamente ligadas à captação, distribuição, uso e qualidade, mas para sua real consolidação deve-se fortalecer também o planejamento e a participação sociotécnica nos processos de tomada de decisão.

2. OBJETIVO DO TRABALHO

O objetivo deste estudo foi identificar as dinâmicas da gestão de recursos hídricos destinadas à bacia hidrográfica do Rio Belém, localizado em Curitiba, e mapear como esse Rio é encarado dentro do comitê de bacia responsável, segundo as legislações pertinentes. Por fim,

é apresentada a proposta de fomento à implantação de um Subcomitê, no que tange aperfeiçoar a participação e a gestão do rio estudado.

3. METODOLOGIA DO TRABALHO

A pesquisa sobre gestão de recursos hídricos da Bacia do Rio Belém demonstrou que a atual dinâmica de gestão não está atendendo as demandas presentes e nem sinaliza para possíveis mudanças. Dessa forma os autores foram buscar apoio em estudos de caso para o embasamento da proposta aqui apresentada. A coleta de informações abrangeu: coleta de material técnicos, entrevistas, busca de informações digitais via internet e vivência dos pesquisadores dentro da área de gestão de recursos hídricos.

4. GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS: BRASIL E PARANÁ

A promulgação da Constituição Federal de 1988 estabeleceu algumas conquistas tanto para o movimento ambientalista brasileiro, quanto para o fortalecimento dos municípios perante as competências concorrentes (poderes Federal e Estadual), além de fomentar a gestão participativa e descentralizada das políticas públicas (MOTA, 2001).

Esse avanço refletiu especificamente no setor das águas, com a organização de um complexo sistema legal (abarcado nos três níveis de governo). No âmbito federal, a Lei 9.433/1997 instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos, com diversos pontos de destaque, entre eles a definição das bacias hidrográficas como bases territoriais para o planejamento e a gestão (respeitando-se seus limites naturais e não os estabelecidos por divisões políticas ou administrativas), cujo Comitê de Bacia Hidrográfica seria o responsável pela incumbência de discutir, pensar, propor e resolver problemas locais (e este podendo ser apoiado na execução pelas Agências de Bacias Hidrográficas).

Vale ressaltar que a Lei 9433/1997 caracterizou a água como um bem público, finito e com valor econômico, cuja prioridade é o abastecimento humano devendo contemplar os usos múltiplos e o seu o gerenciamento deve ser baseado na participação do governo, dos usuários e dos cidadãos.

Para se alcançar os objetivos desejados da gestão de recursos hídricos, a Lei 9.433/1997 definiu os instrumentos de gestão (ferramentas de apoio na gestão das águas). São: Planos de

Recursos Hídricos e Planos de Bacia (plano diretor das águas); Enquadramento dos Corpos da Água (parâmetros da relação quantidade e qualidade da água); Outorga de Direito de Uso (usuário recebe uma autorização definindo a quantidade de uso); Cobrança pelo Uso da Água (estimular o uso equilibrado entre oferta e demanda) e por fim o Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos.

No Paraná a Lei Estadual 12.726/1999 cria a Política Estadual de Recursos Hídricos (PERH), cuja lógica é apoiada na Lei 9433/1997. É clara a ênfase na Lei do Paraná de apoio a uma dinâmica na gestão de recursos hídricos cujas relações, interesses e envolvimento dos atores, se deem sob a relevância da articulação entre os atores e o envolvimento com os planejamentos regional, estadual e nacional.

A lógica institucional, abrangência e ferramentas seguem a mesma atuação que a lei federal, quase que num “copiar colar” com leves ajustes. Vale destacar que esse “control C, control V” não tira o mérito, a validade e a eficiência na gestão (pois mesmo a Lei Federal 9433/1997 já era uma “copia” do modelo adotado no Estado de São Paulo em 1991), mas o apoio ao planejamento, a implementação, a gestão e a fiscalização são pontos chave para a sobrevivência dos recursos hídricos.

5. COMITÊ DAS BACIAS DO ALTO IGUAÇU E AFLUENTES DO ALTO DO RIBEIRA

O Comitê das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira (COALIAR) é o órgão colegiado vinculado ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos-CERH, com atribuições normativas, deliberativas e consultivas, a serem executadas em sua área de atuação e jurisdição. É composto por membros titulares e respectivos suplentes, designados por decreto, sendo: 12 representantes do Poder Público Estadual, 12 representantes do Poder Público Municipal, 14 representantes dos Setores Usuários, e 12 representantes da Sociedade Civil.

5.1. Gestão do Comitê de Bacia Hidrográfica COALIAR

A gestão de recursos hídricos no Estado do Paraná é recente e ainda não obteve um apoio consistente do Governo para se consolidar de forma estruturada, sendo que o próprio

pode ser entendido como um dos atores que mais trabalhou para a não estruturação adequada do seu Sistema de Recursos Hídricos, tendo fatores como:

- a) Lacuna na organização e atuação de alguns comitês de bacia (quase na maioria dos CBHs do Estado);
- b) Baixo estímulo no que tange ao fomento e incentivo da participação da sociedade civil organizada nos comitês de bacia;
- c) Inexistência de recursos financeiros para apoiar a gestão no Estado do Paraná.

Ainda sobre a questão dos recursos financeiros, vale destacar dois pontos: primeiro que, apesar da PERH ter criado o Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FRHI/PR- (Art. 22), esse fundo não é alimentado pelos *Royalties* da Energia (como acontece, por exemplo, no Estado de S. Paulo) e segundo, apesar da legislação do Estado do Paraná permitir, a implementação da ferramenta de gestão “Cobrança pelo uso da água” ainda não foi implementada, como também é baixa a perspectiva de implementação para os próximos anos. Dessa forma a paralisia institucional e desinteresse generalizado pela temática tende a continuar na pauta da gestão das águas por mais um bom tempo.

d) Parte do problema ocorre porque o Instituto das Águas do Paraná, órgão executivo gestor do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SEGRH/PR, que tem por finalidade oferecer suporte institucional e técnico à efetivação da PERH/PR, não vem agindo de modo efetivo. Cabe ressaltar que também é finalidade do Instituto das Águas do Paraná o exercício das funções de entidade de regulação e de Agência de Bacia.

Essa diferenciada definição institucional do Instituto das Águas (ex SUDERHSA) como a Agência de Bacia gera uma sobreposição institucional (confusa) desse ator desenhado originalmente para agir como planejador, implementador e fiscalizador da gestão de recursos hídricos do Paraná.

6. BACIA DO RIO BELÉM - CURITIBA

Segundo a GRPCOM *et al.* (2011), a Bacia do Rio Belém é uma das mais importantes da Bacia do Alto Iguaçu, pois ocupa apenas 2,42% da sua área, entretanto, contém 16% (474.421 pessoas) de toda a população do Alto Iguaçu, o 2º maior valor, atrás apenas da Bacia do Rio Barigüí, que possui, porém 7,32% da área total. Além disso, por ser uma bacia

predominantemente urbana é um dos rios que mais sofre pressão antrópica dentre os rios da Bacia do Alto Iguaçu. Estão inseridos nesta bacia 48 Bairros de Curitiba, com ocupação nas formas residencial, comercial e de serviços, representando 59,2% da população de Curitiba (KNOPKI, 2008).

Localização da Bacia Hidrográfica do Rio Belém

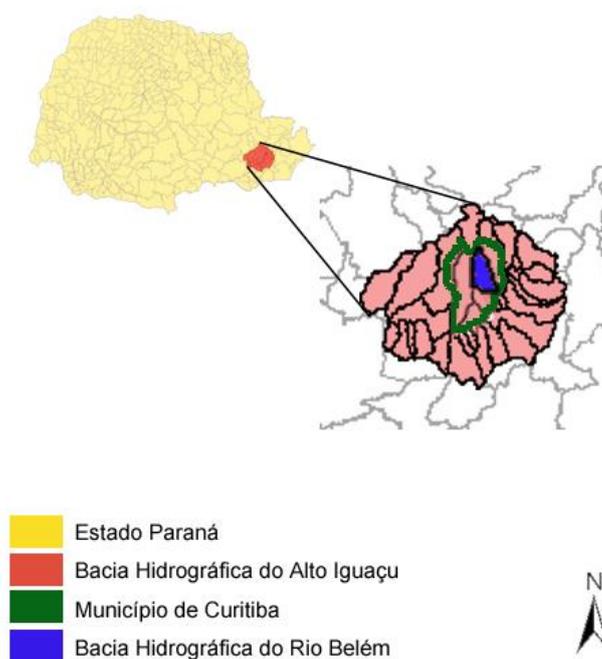


Figura 1: Localização da Bacia Hidrográfica do Rio Belém
Fonte: ITCG, Instituto de Terras Cartografia e Geociências (2013).
Institutos de Águas do Paraná (2013).
Adaptado pelos autores

Na figura 1 é possível verificar a localização da Bacia Hidrográfica do Rio Belém dentro dos contextos do Estado do Paraná, do município de Curitiba e da Bacia do Alto Iguaçu.

6.1. Gestão da Bacia do Rio Belém

Segundo o Plano da Bacia do Alto Iguaçu e Afluentes do Rio Ribeira (2007), a Bacia do Rio Belém está contemplada no Comitê da Bacia do Alto Iguaçu, pois, encontra-se entre as cabeceiras do Rio Iguaçu, situadas nos contrafortes ocidentais da Serra do Mar, até as corredeiras situadas no município de Porto Amazonas.

Apesar da Bacia do Belém fazer parte do Alto Iguaçu e ter características tão peculiares, pouco se discute sobre projetos e melhorias para a Bacia do Belém no COALIAR. Isso é verificado nas atas das reuniões do Comitê, onde é possível identificar até a existência de algumas discussões sobre os problemas e o que poderia ser feito na Bacia para melhorar a qualidade das águas, porém atuações e intervenções são escassas.

Analisando as atas é possível observar que um dos poucos casos de discussão sobre o Rio Belém no COALIAR, foi a discussão colocada pela senhora Stella Maris da Cruz Bezerra, que em nome do setor acadêmico na 8ª Reunião Ordinária do Comitê das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Ribeira enfatizou que não dever-se-ia deixar o rio Belém na Classe 4 e sim almejar-se um rio melhor daqui a dez anos. No mais, não há nada que defina um projeto sólido para a Bacia, ou seja, o Comitê está pouco atuante.

Nitidamente existe uma carência de gestão de recursos hídricos na área antropizada do Rio Belém. O próprio Plano de Bacia destaca em diversos momentos que o Rio Belém é um dos mais poluídos dessa Bacia, ou seja, mesmo o Plano de Bacia que é uma das ferramentas de gestão mais fortes do comitê no que tange “qual futuro desejamos”, sinaliza a problemática do Belém mas não aponta caminhos para minimizar ou mitigar o problema.

7. PROPOSTA

Após o diagnóstico sobre a gestão de recursos hídricos e as dinâmicas envolvendo a Bacia do Rio Belém, a proposta apresentada é a criação do Subcomitê do Rio Belém dentro do COALIAR. A seguir será apresentada a lógica da argumentação.

7.1 Qualidade das águas do Belém afetando seu entorno

A Qualidade das Águas do Rio Belém encontra-se caracterizada como muito poluída em quase todo o histórico de dados apresentados no Plano do Alto Iguaçu e Afluentes do Rio Ribeira, o que o mantém fora de qualquer classe segundo a Resolução CONAMA 357/2005, ou seja, em situação pior que a Classe 4.

O Gráfico 01 mostra os resultados das simulações de qualidade da água realizadas considerando o parâmetro Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO) para vazões de 95% e 80% de permanência e também a vazão média ao longo do período para o Rio Iguaçu. Cabe

mencionar que esses dados foram retirados do Projeto “Bacias Críticas: Bases Técnicas para a definição de Metas Progressivas para seu enquadramento e a integração com os demais Instrumentos de Gestão”, além do Plano das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira (SUDERHSA, 2007).

Ainda o Gráfico 01 permite observar que a Bacia do Rio Belém é a que mais impacta com carga orgânica o Rio Iguaçu na Bacia do Alto Iguaçu. São constatadas concentrações acima de 70 mg/L de DBO para a vazão de 95%, muito acima do valor estabelecido para rios Classe 3 (10 mg.L-1) segundo a Resolução CONAMA 357/2005; por isso a importância do Rio Belém na influência da qualidade das águas do Rio Iguaçu.

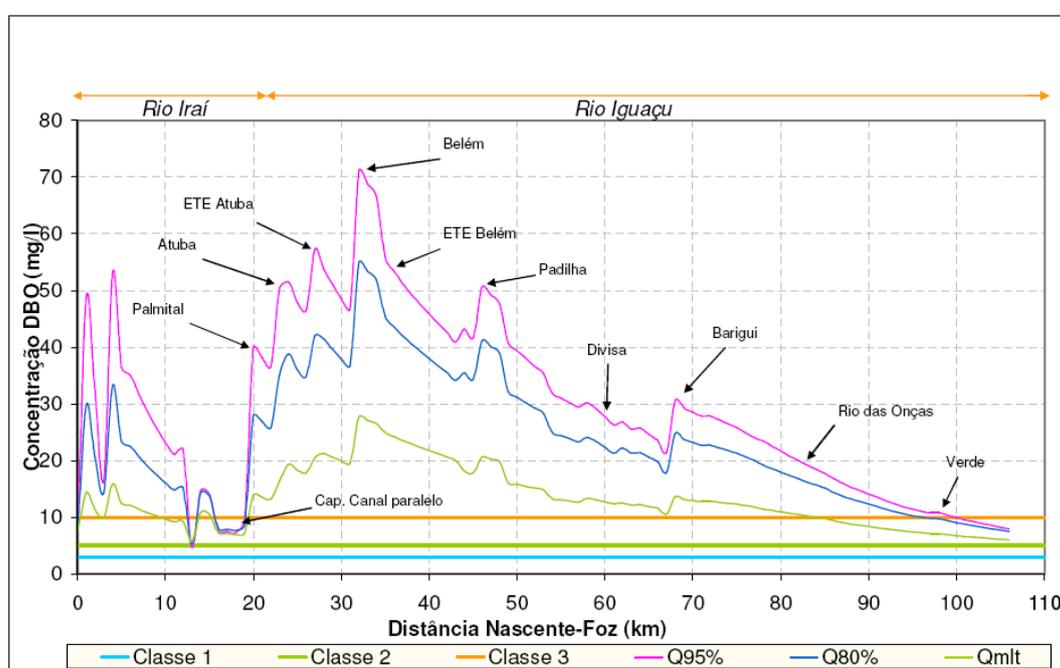


Gráfico 01. Concentração da DBO do Rio Iguaçu ano de 2005 e vazão para o período

Fonte: SUDERHSA (2007)

Obs: Concentração da DBO ao longo do Rio Iguaçu para o Ano de 2005 e Vazões de 95% e 80% de Permanência e Vazão Média de Longo Período.

Também é importante avaliar pelo Gráfico 01 que o Rio Iguaçu toma características de Classe 3 novamente após 100 km da sua nascente, logo a jusante do Rio Verde, mostrando a forte influência da Região Metropolitana de Curitiba que compõem a Bacia do Alto Iguaçu.

7.2 Estudo de caso - sucesso em requalificação de rios urbanos

Para dar embasamento à proposta de “Subcomitê Belém”, sendo isso também entendido como fomento para um processo de revitalização do Rio Belém, foram separados cinco casos de rios urbanos que passaram por processos de requalificação e hoje apresentam cenários positivos.

O Quadro 1 demonstra casos onde é possível observar processos de revitalizações de rios urbanos e estas iniciativas refletiram não apenas em melhorias econômicas das cidades, mas também na reaproximação da sociedade com o rio, fortalecendo o processo de empoderamento¹.

É evidente que os casos selecionados são de cidades com uma realidade social, econômica e ambiental diferente da realidade de Curitiba, e que não seria o caso de reaplicar uma experiência sem adequar a nossa realidade, mas o destaque desse item é sobre: (a) a viabilidade de reversão de cenários antropizados, (b) a participação da sociedade no antes e depois das ações (aproximando a sociedade dos rios tanto no planejamento quanto no uso dessas áreas) e (c) o planejamento de longo prazo, que no caso brasileiro caiu em desuso e parece haver um contentamento com planos simplistas e sem visão de longo prazo que abrangem “parcos quatro anos” de plano.

¹ Sobre o empoderamento do rio pela sociedade, Ricardo Sousa Moretti, professor da Universidade Federal do ABC, destaca que será difícil uma efetiva recuperação da qualidade das águas se não se conseguir retomar a identidade do cidadão com os vales e cursos d'água. <http://www.sme.org.br/arquivos/pdf/WorkshopDaniloBotelho.pdf> <acesso 06.04.13>

Quadro 01. Casos de revitalização de rios urbanos

Nome	Local	Histórico	Requalificação
Rio Tâmisa	Londres Inglaterra	Era conhecido no século XIX como o “Grande Fedor”. Sua poluição contribuía com as pestes e doenças da população.	Primeiro foi necessário identificar os pontos de contaminação e construir interceptores e estações de tratamento ao longo do rio; Foram investidos 120 anos na despoluição do rio urbano.
Rio Sena	Paris França	O rio transportava poluição industrial e esgoto doméstico da população parisiense.	Iniciou-se em 1996 a implementação do projeto com mais de 2.500 estações de tratamento de esgoto. A utilização de suas margens como praias artificiais pelos parisienses e turistas acontece desde o verão de 2002.
Rio Reno	França; Alemanha Áustria; Holanda; Suíça; Liechtenstein.	Contaminado desde o início do século XX por lixo industrial	A Requalificação iniciou-se em 1989 e contou com a cooperação de todos os países envolvidos com a poluição do rio. Estes fizeram um esforço conjunto durante 20 anos e investiram cerca de 15 bilhões de dólares.
Rio Cheong-gyecheon	Seul Coréia do Sul	Desde 1392 o rio tinha a função de dreno para a cidade, e em 1940 foi coberto com concreto e 6km de via elevada. Inicialmente era considerado um exemplo de sucesso na industrialização, mas depois se tornou símbolo de degradação.	O investimento de 300 milhões de dólares resultou em um belo parque linear de 8 km de comprimento, 80 metros de largura e uma região de 400 hectares de área verde capaz de receber 30.000 mil pessoas a cada final de semana. A partir do ano de 2003, os 4 anos para implementação de projeto iniciaram com a demolição de 600 mil toneladas de concreto e asfalto, afim de trazer o rio novamente a céu aberto e criar um novo plano de paisagismo
Rio Anacostia	Washing- ton EUA	Foi considerado um dos mais poluídos dos Estados Unidos	Com início em 1989, a requalificação se deu a partir da identificação dos pontos de contaminação e posteriormente a construção de estações de tratamento, alinhado a ação de voluntários para a retirada do lixo do rio.

Fonte: Autoria própria

7.3. Subcomitê como estímulo ao avanço: Projeto Manuelzão

O "Projeto Manuelzão" foi criado em 1997 por um grupo de professores da Faculdade de Medicina da UFMG que identificaram a necessidade de combater as causas de doenças, promovendo a qualidade de vida por meio da melhoria das condições ambientais.

A identificação desta necessidade ocorreu após verificarem que os alunos que desenvolviam a disciplina em Saúde Coletiva, modalidade internato, e que permaneciam por três meses em municípios do interior de Minas Gerais, retornavam afirmando que apenas tratar a população não resolveria o problema mas sim, era necessário desenvolver alguma ação para agir na causa do problema. E a causa do problema era a poluição das águas das bacias. A escolha da área a ser trabalhada foi a bacia hidrográfica do rio das Velhas e não apenas uma região ou município isolado. A opção por estruturar as ações de maneira mais ampliada foi justamente para que fosse possível sair da visão municipal e sim fazer com que os municípios se percebessem dentro de algo mais sistêmico, ou seja, um município recebe impacto de uma ação realizada por outro município (Fonte: Site CBH Velhas).

O projeto Manuelzão estruturou as ações locais por meio de comitês de trabalho e na sequência ocorreu a criação do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas – CBH Velhas que em 2004 também estruturou as ações por meio de comitês, denominados “núcleos”. Percebe-se que a iniciativa da UFMG antecede a legislação nacional que instituiu as bacias.

7.4. Subcomitê e o fortalecimento local: Bacia do Alto Tietê

A Bacia Hidrográfica do Alto Tietê (BAT) abrange quase que por completo a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), contendo aproximadamente 20 milhões de habitantes, área de grande complexidade urbana, sendo que para a gestão da BAT foi instituído o Comitê de Bacia Hidrográfica do Alto Tietê (CBH-AT). Esse comitê apresenta grandes disparidades regionais, forte antropização, grande número de habitantes e tamanha poluição, que se criou cinco subcomitês na tentativa de facilitar a gestão.

Há várias décadas, a utilização dos recursos hídricos na RMSP convive com dificuldades atribuídas aos conflitos de uso, em virtude do aumento da poluição das águas e da demanda crescente do abastecimento doméstico e industrial. Esses e outros impactos urbanos ocorreram porque os municípios, em grande parte, não possuem capacidade institucional,

técnica e econômica para administrar o problema, enquanto que os Estados e a União estão distantes demais para buscar uma solução gerencial. Consequentemente, cada um dos problemas é tratado de forma isolada, sem um planejamento preventivo, trazendo como resultados elevados prejuízos econômicos e forte degradação ambiental (Hojda, 2005).

Subcomitês

A realidade da gestão de recursos hídricos na Bacia do Alto Tietê apresenta uma série de entraves e características estruturais peculiares em relação a densidade demográfica e no uso e ocupação do solo, levaram o CBH a tomar a decisão de criar cinco Subcomitês, de forma a dar suporte ao gerenciamento regional do sistema (Hojda, Laface e Sartori, 2007).

O CBH-AT é o único comitê do estado de São Paulo dividido em cinco subcomitês, visando facilitar a gestão mais próxima dos problemas: Billings – Tamanduateí, Juqueri – Cantareira, Tietê – Cabeceiras, Cotia – Guarapiranga e Pinheiros – Pirapora.

Cada um dos subcomitês trabalha para elaborar seus planos de ação que vão orientar o Plano de Bacia do Alto Tietê. Além disso, os subcomitês também têm o poder de criar Câmaras Técnicas que visam discutir propostas de ação e prioridades de investimentos dos recursos captados junto ao Fundo Estadual de Recursos Hídricos-FEHIDRO.

A criação dos subcomitês é resultado do tamanho do comitês ser grande e de difícil gestão com questões muito heterogêneas e peculiares a cada realidade. Com os subcomitês se tenta diminuir as distancias entre os membros, a sociedade, o local do problema e a tomada de decisão.

7.5 Invisibilidade do Belém no COALIAR: o que aprendemos de São Paulo

Observando-se a dinâmica atual do COALIAR fica clara a “invisibilidade” das questões que tratam a Bacia do Rio Belém. Legalmente o COALIAR é o responsável pela gestão de recursos hídricos da região, porém nem o Comitê nem a Prefeitura de Curitiba atuam adequadamente.

Caso parecido acontece no CBH-AT (São Paulo), pois esse comitê criou seus cinco subcomitês, porém com o passar dos anos o próprio CBH percebeu que os subcomitês,

atuavam nas suas áreas e a área da cidade de São Paulo, não era abrangida por nenhum subcomitê, pois a ideia inicial é que essa área fosse gerida pelo “grande” comitê CBH-AT.

Essa questão foi trabalhada e na revisão do Plano de Bacia de 2010, onde a consultora Mônica Porto defendeu a constituição de um novo subcomitê para trabalhar a área da cidade de São Paulo e desta forma suprir uma lacuna institucional criada, na tentativa de aprimorar a gestão com a implementação dos subcomitês.

Dessa forma, a proposta aqui apresentada é a de consolidação do “Subcomitê Belém”, cuja nova dinâmica, poderia permitir a reorganização dos atores e das prioridades da Bacia do Rio Belém, não apenas, perante o COALIAR, mas também frente à Prefeitura de Curitiba.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O diagnóstico sobre a gestão de recursos hídricos na Bacia do Rio Belém mostra uma dinâmica que pouco está contribuindo para os objetivos maiores da gestão: preservação das águas em qualidade e quantidade, para a geração presente e futura. Para tanto os exemplos nacionais e internacionais demonstram que a gestão pode ser fortalecida, desde que tenha visibilidade, participação da sociedade, envolvimento dos atores do comitê de bacia, planejamento e principalmente recursos financeiros. A proposta da criação do subcomitê especificamente para a Bacia do Rio Belém tende a contribuir, no que tangem a organização das prioridades da área, um maior envolvimento da prefeitura de Curitiba (com recursos, pessoas e ações) e reacender o debate sobre a importância dos rios urbanos, temática hoje negligenciada para o uso (quase unânime) de meio para afastamento do esgotamento sanitário.

REFERÊNCIAS

BRACHT, C. **Os instrumentos jurídicos e programas de gestão dos recursos hídricos e seus reflexos na qualidade das águas na bacia hidrográfica do Rio Belém.** Curitiba, Dissertação Mestrado PUC/PR (2008).

BRITTO, F. **Paris devolverá a orla do Sena aos pedestres.** <http://www.archdaily.com.br/75797> <Acesso em 06/04/2014>

CONAMA. **Resolução 357/2005:** classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes: referências: elaboração. Brasília (2005);

GODOY, M. A. **Indicadores de sustentabilidade ambiental para análise de transposições hídricas**. Dissertação de mestrado, FSP-USP, São Paulo (2000).

GONDOLO, G. C. F. **Desafios de um sistema complexo á gestão ambiental**. Editora Annablume, São Paulo, 162 p. (1999).

GRPCOM et al. **Projeto águas do amanhã**. 2011. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/aguas/Relatorio-Aguas.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2014;

HOJDA, A. **Gestão da Política de Recursos Hídricos: o papel da Agência da Bacia do Alto Tietê - 2002 A 2004**. Dissertação de Mestrado, PUC/SP. São Paulo (2005).

HOJDA, A.; LAFACE, A. L. S.; GORSKI, M. P. L. S. C. B. **Fundação Agência da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê: articulação, integração e suporte para os atores do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos**. In: Seminário Nacional sobre o Tratamento de Áreas de Preservação Permanente em Meio Urbano e Restrições Ambientais ao Parcelamento do Solo - APP Urbana 2007, São Paulo (2007).

KNOPKI, Patricia Bianco; BOLLMANN, Harry Alberto. **Avaliação da qualidade de vida dos moradores da bacia hidrográfica do rio Belém e sua relação com variáveis ambientais** (2008).

Lei Estadual 12.726/1999 - Política Estadual de Recursos Hídricos do Paraná

Lei Federal 9.433/1997- Política Nacional de Recursos Hídricos

MOTA, M. **Subcomitê Cotia-Guarapiranga: espaço público de participação social no gerenciamento dos recursos hídricos**. Dissertação de mestrado, PUC/SP, São Paulo (2001).

SUDERHSA. Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental. **Plano da Bacia do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira** (COALIAR). Curitiba: Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental (2007).

Sites consultados:

<http://www.aguasparana.pr.gov.br/> <Acesso em 05/04/2014>

<http://www.agsolve.com.br/noticias/1-seminario-internacional-sobre-revitalizacao-de-rios> <Acesso em 06/04/2014>

<http://www.cbhvelhas.org.br/> <Acesso em 05/04/2014>

<http://www.comiteat.sp.gov.br/> <Acesso em 04/04/2014>

<http://www.fabhat.org.br/site/index.php> <Acesso em 04/04/2014>

<http://www.manuelzao.ufmg.br/> <Acesso em 05/04/2014>

<http://www.recurshidricos.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=56> <Acesso em 05/04/2014>

http://www.sigrh.sp.gov.br/cgi-bin/sigrh_home_colegiado.exe?COLEGIADO=CRH/CBH-AT <Acesso em 04/04/2014>